

Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro.

Humberto Fernandes Machado- UFF

Resumo

Apagar a “mancha da escravidão” era o objetivo de intelectuais que atuavam na imprensa ou no Parlamento, na década de 1880, no Rio de Janeiro. Para que a propaganda atingisse maior número de pessoas, eles também participavam de diversos eventos, como conferências e comícios, para denunciar as mazelas do cativo. Os senhores, representantes do “atraso e conservadorismo” eram acusados de dificultar a entrada do Brasil no rol das “nações civilizadas”. Faziam também parte do movimento grupos urbanos que não dependiam diretamente do braço escravo.

Palavras – chave: abolicionismo – imprensa – intelectuais

Abstract

Finish the shadow of slavery was the objective of intellectuals that acted in the press or in the Parliament, in the decade of 1880, in Rio de Janeiro. To reach a bigger number of persons, they also participated of diverse events, as conferences and assemblies, for denounce the misfortunes of the captivity. The owners of slaves, representatives of the "delay and conservatism" were accused of complicate the entrance of Brazil in the roll of the civilized nations. They did also breaks of the movement urban groups that did not depend straightly of the arm slave.

Keywords: abolitionism – press – intellectuals

O Rio de Janeiro era um espaço repleto de contrastes, caracterizado pela incorporação das *novidades* européias e das idéias de *progresso* e *civilização* que se opunham ao escravismo. Essa peculiaridade da cidade favoreceu o envolvimento da população na campanha abolicionista. Libertos, mulatos e brancos pobres se juntavam aos propagandistas nas ruas contra o cativo. O crescimento urbano e a existência de um contingente expressivo de escravos ou de seus descendentes facilitaram essa mobilização de caráter popular que marcou o abolicionismo no Rio de Janeiro. Deve-se acrescentar ainda a circulação mais rápida das notícias devido ao aumento da publicação de jornais. Especialmente na década de 1880, a imprensa começou a adquirir um papel fundamental na veiculação das idéias abolicionistas. Os assuntos políticos e o abolicionismo *ganharam as ruas* junto com os periódicos e os segmentos urbanos tiveram maior facilidade de externar as suas reivindicações. (MACHADO, 1998:71-76; BERGSTRESSER, 1973)

Em 1880, foi criada por um grupo de propagandistas, entre os quais Joaquim Nabuco, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, semelhante à sua congênere inglesa - *AntiSlavery Society*. Suas reuniões e conferências atraíam um grande número de pessoas. Em 1883, a Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, liderada por João Clapp e José do Patrocínio, incorporou várias associações, como o Centro Abolicionista Ferreira de Menezes e o Clube de

Libertos de Niterói. (MACHADO, 1991) Paralelamente à mobilização desses intelectuais e das entidades antiescravistas, ocorriam debates cada vez mais intensos na Câmara sobre a *questão servil*, transcritos nos jornais, aumentando a repercussão junto à opinião pública, apesar das dificuldades decorrentes do alto grau de analfabetismo.

A luta antiescravista ocupou vários espaços no Rio de Janeiro: do Parlamento às ruas, dos teatros às igrejas e jornais, das casas grandes às próprias senzalas. Assim, o abolicionismo se desenvolveu em diversos palcos que serviam para criticar o que Joaquim Nabuco denominava a “nefanda instituição”. (NABUCO, 1949) Festas beneficentes e quermesses também eram organizadas para angariar a simpatia popular e recursos destinados à alforria dos cativos. A ação nas vias públicas, através de comícios, para convencer os proprietários dos *males* do cativo também era outro artifício usado pelos militantes. André Rebouças registrou este tipo de atuação dos abolicionistas.

Fizemos, recorda depois, o papel de empresários de espetáculos para o público, a 500 réis por pessoa; varremos teatros e pregamos cartazes; éramos simultaneamente, redatores, repórteres, revisores e distribuidores, leiloeiros nas quermesses; propagandistas por toda a parte, nas ruas, nos cafés, nos teatros, nas estradas de ferro. (apud NABUCO, C., 1958: 106)

Os abolicionistas da Corte utilizavam uma estratégia que surtia um efeito devastador sobre os senhores. Era o que eles denominavam a *limpeza das ruas*, que consistia em pressionar proprietários de escravos de algumas ruas do centro, escolhidas previamente, para libertarem os seus cativos, sob ameaça de publicação de seus nomes nos jornais. Cada propagandista ficava responsável por uma rua, devendo persuadir os senhores a eliminar a *mancha* que sujava a cidade. A *limpeza* da Rua do Ouvidor e do Largo de São Francisco, onde se situava a Escola Politécnica, em abril de 1884, foi saudada de forma entusiástica pelos jornais abolicionistas da cidade, com festas e bandas de música. (GAZETA DA TARDE, 23/4/1884)

Aniversários, casamentos, bodas, nascimentos ou falecimentos serviam de cenário para as festas de entrega das cartas de alforria. O Clube de Libertos de Niterói, por exemplo, preparou uma festa, na qual distribuíram dez cartas de alforria após discursos de diversos oradores. (GAZETA DA TARDE, 6/7/1881) No Teatro Polytheama, situado no centro da cidade, os abolicionistas organizaram uma sessão de poesias, com destaque para o *Navio Negreiro* de Castro Alves, cuja renda seria para “conceder a liberdade” a uma escrava. (GAZETA DA TARDE, 19/9/1881) O *Cidade do Rio*, convidou seus leitores a uma quermesse organizada na Igreja Nossa Senhora do Rosário, por uma confraria negra, “em prol dos seus irmãos escravos”. (1/11/1887)

Outras associações ligadas à luta antiescravista como, por exemplo, o Clube Dramático Abolicionista, organizavam espetáculos em teatros públicos ou patrocinavam conferências e concertos, aplicando a renda obtida para a compra da liberdade de escravos, ou até criavam escolas noturnas para libertos. (GAZETA DA TARDE, 5/7/1881) Outras, como as Caixas Emancipadoras, visavam a obter cartas de alforria com recursos provenientes de doações, festividades e do pecúlio de escravos. Tinham como alvos, além de libertar, “[...] educar o maior número de sócios de condição servil [...] e socorrer esses mesmos sócios em casos de perseguição [...]”, como o Centro Abolicionista Ferreira de Menezes, fundado na redação da *Gazeta da Tarde*, em 1882. (11/5/1882) Leilões, coletas de dinheiro, através de subscrições públicas, *livros de ouro* serviam também para atingir os objetivos dos abolicionistas.

As conferências dos oradores abolicionistas superlotavam os teatros. Por ocasião das comemorações pela abolição da escravidão no Ceará, em 1884, o teatro Polytheama foi todo decorado por coroas de flores e bandeiras das sociedades abolicionistas do Rio de Janeiro. A leitura de uma carta de Joaquim Nabuco, que estava na Europa, as execuções do Hino Nacional e do Guarani, de Carlos Gomes, marcaram o início de um “verdadeiro carnaval” no centro do Rio de Janeiro, com a participação de dez mil pessoas. As ruas centrais, com destaque para a Rua Uruguaiana, onde se encontrava a redação da *Gazeta da Tarde*, principal órgão abolicionista da Corte e cujo proprietário era José do Patrocínio, foram palco de festividades repletas de “alegria e entusiasmo”. (24/3/1884)

A divulgação da campanha abolicionista era feita pelos jornais, distribuídos por vendedores ambulantes “rapazinhos italianos, negros e mulatos, que nos deixam quase surdos com a sua gritaria”, conforme nos informa um contemporâneo. (KOSERITZ, 1980: 52-53) Os pontos de venda eram os quiosques que distribuíam também livros, impressos, flores, doces, charutos, cigarros, café e refrescos. Locais por onde circulavam as notícias e as *últimas novidades* européias. O aumento do público leitor ocorria em função de uma verdadeira *leitura de ouvido*. Assim, as idéias abolicionistas eram difundidas mesmo para os analfabetos. (MACHADO, 1991:18)

A imprensa era caracterizada por Joaquim Nabuco como “fator importante na história da democratização do país”, destacando a sua importância para os historiadores quando futuramente estudassem a escravidão. (1949: 104) José do Patrocínio registrou também o papel que os jornais desempenharam na propaganda antiescravista. Às vésperas da extinção legal da escravidão, ele ressaltou como o “atrito da imprensa” e o “calor da palavra” serviram “para limar os grilhões de três séculos de cativeiro”. (CIDADE DO RIO, 30/4/1888) Em

relação ao *Cidade do Rio*, jornal de sua propriedade, assinalou que ele ficará “[...] na memória das gerações livres do Brasil, e os historiadores hão de fazê-lo depor no processo histórico de nossa pátria, na primeira fila das testemunhas honestas e ativas do nosso tempo [...]”. (28/9/1889) Exageros à parte, inquestionavelmente a ação dos jornais na veiculação de matérias que retratavam a sociedade escravista contribuiu enormemente para a sua derrocada.

Os jornais não se limitam, apenas, a noticiar o fato, possuem o poder de ampliar a sua dimensão, influenciando a opinião pública. Portanto, a matéria jornalística não se restringe ao acontecimento, ela tem o poder de, segundo Darnton, “moldar os fatos ao dar-lhes cobertura”, como ocorreu na Revolução Francesa, “[...] quando o jornalismo surgiu pela primeira vez como uma força nos negócios de Estado [...]”.(DARNTON, 1990:16) Da mesma forma, no final do século XIX estreitaram-se as relações entre a imprensa e o Poder no Brasil, na medida em que se iniciou o desenvolvimento de empresas jornalísticas.(BARBOSA, 2000: 21-25) Os periódicos, portanto, tiveram parcela de responsabilidade na construção de uma sociedade pautada em novos valores, inspirados nos ideais de progresso e civilização, em oposição à escravidão.

Assim, a divulgação sugestiva e interessada dos jornais exerce uma pressão psicológica sobre as atitudes e comportamentos das pessoas na medida em que utiliza, muitas vezes, “slogans” direcionados para um determinado fim. Por exemplo, quando José do Patrocínio, influenciado por Proudhon, terminava os seus editoriais afirmando que: “A escravidão é um roubo e todo dono de escravo é um ladrão”,¹ tinha o objetivo de angariar a simpatia de um maior número de adeptos para a causa abolicionista.

Nas páginas dos jornais de José do Patrocínio –*Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*– circulavam sistematicamente críticas à “herança do passado”, responsável pelo “atraso” do Brasil. A escravidão era denunciada na medida em que ela não se coadunava com os exemplos externos que atestavam o triunfo do “século do progresso”. Os editoriais convocavam os homens “sensatos” para que retirassem o Brasil da “inércia” provocada pelo cativo, que o impedia de galgar os mesmos degraus das nações “civilizadas”.²

Ao mesmo tempo em que procuravam demonstrar aos senhores a inviabilidade de preservação do escravismo, deixavam claro que a abolição não poderia ser feita de uma forma traumática. Nabuco, por exemplo, considerava-se um predestinado porque possuía, conforme suas palavras, um “mandato” delegado pelos cativos para atuar como “advogado gratuito” na

¹ - PROUDHON, Pierre Joseph. *O que é a Propriedade?* (1840), São Paulo: Martins Fontes, 1988. Proudhon faz uma analogia entre a escravidão e a propriedade: “O que é a escravidão? É o assassinato”, mais adiante, comparando-a com a propriedade: “O que é a propriedade? ... É o roubo...”, p. 15.

²-Ver, por exemplo: *Gazeta de Notícias*. 7 de julho de 1879. *Gazeta da Tarde*. 21 de novembro de 1884.

defesa de suas reivindicações e de seus “direitos”. Conforme as suas concepções, tornava-se fundamental educar, corrigir e tutelar o escravo ou o liberto, mas sempre atento as suas “travessuras e rebeldias”. (1949:17) A ação não excluía a cautela, marca dos discursos abolicionistas.

Ele ressaltava que a propaganda devia ser dirigida aos senhores, pois os escravos não estavam “preparados” para assimilar a mensagem abolicionista “dentro da ordem”. Para ele, “[...] seria uma covardia inepta e criminosa e, além disso, um suicídio político, para o partido abolicionista, incitar à insurreição, ou ao crime, homens sem defesa [...]”. Acrescentava que a extinção do cativo deveria ser realizada através de uma “lei” aprovada no Parlamento e “[...] não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades [...]”, eliminando-se o que ele denominava os “perigos da agitação”. (1949: 23-25)

Pelo Manifesto da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, os signatários, entre os quais Joaquim Nabuco, redator do documento, não acreditavam em quaisquer meios violentos dos cativos para conseguirem sua emancipação, visto que eles não “[...]irão recorrer ao crime, quando legal e pacificamente se buscam os meios de extinguir o seu cativo[...]”. Mais adiante, afirmavam que os seus sentimentos eram marcados pela “dedicação, desinteresse, lealdade, resignação”, pois, apesar das condições adversas, a escravidão, “[...] não conseguiu até hoje criar o ódio de raça, e, quando o senhor é justo, o escravo compensa-lhe [...]”. A visão paternalista unia-se às condições reformistas de mudança das relações de trabalho porque, para os autores, os abolicionistas não desejavam apenas se restringir à “libertação” do país, mas a “[...] evolução do trabalho livre que se há de fazer sob a responsabilidade da geração atual [...]”. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 28/9/1880; O ABOLICIONISTA, 1/11/1880)

A retórica de Patrocínio era similar. Em um editorial do seu jornal, afirmava que a “libertação” far-se-ia eliminando-se a figura do escravo, porém encaminhando-o para o “engrandecimento da pátria” a partir de “diretrizes traçadas” pelos propagandistas. A “pátria livre” seria construída sem alterar, substancialmente, a ordem vigente, preservando os interesses dos extratos superiores da sociedade. No fundo, selava-se um “pacto” de dominação entre as elites dirigentes e os intelectuais abolicionistas: o fundamental era acabar com a “pátria escrava” constituída por aqueles “[...] entes abandonados de toda a proteção humana e divina, (...) vergados a um trabalho excessivo, sem pátria, sem família [...]”. (GAZETA DA TARDE, 5/12/1884)

A preocupação em retirar o caráter de violência da campanha antiescravista estava sempre presente nos escritos dos diversos propagandistas. Patrocínio enfatizava a posição “pacífica, mas decisiva”, dos abolicionistas que apenas agiam de acordo com os interesses do

“povo e da civilização” e com os ideais de patriotismo. Quando ocorreram incêndios nos canaviais de Campos, Província do Rio de Janeiro, em 1887, os seus jornais descreviam-nos como decorrência da intransigência dos senhores. No entanto, colocava-se ao lado da “ordem e dos interesses gerais do país”, embora pudesse “incitar a rebeldia”.³

Comentando os acontecimentos de Campos, o abolicionista enfatizava a propaganda como a melhor forma para que os senhores aceitassem o fim da escravidão, repudiando outros mecanismos que implicassem em violência. O ônus de conflitos caberia aos senhores.

Nada de imprudências. Nada de precipitações (...) Somos apóstolos de uma idéia e não assassinos. Combatemos o crime e não devemos cometer o que condenamos. Somos mártires e não algozes (...) Nós somos os escravizados, nossos adversários os senhores, sujeitemo-nos à nossa condição com paciência. Não vamos imitá-los. (CIDADE DO RIO, 2/11/1887)

A cautela de Patrocínio se vinculava a uma hipotética revolta de escravos, que poderia descambar para uma convulsão social. Assim, esses *intérpretes dos cativos* endossavam, indiretamente, as preocupações dos senhores na medida em que deixavam transparecer uma apreensão com possíveis *agitações*. De um lado, apresentavam aos senhores as conseqüências nefastas para o país decorrentes da escravidão. Por outro, buscavam tranquilizá-los de que as suas ações tinham como objetivo o controle sobre a massa de escravos. Afinal, as fugas, revoltas, assassinatos de fazendeiros e feitores intensificavam-se.⁴

Pode-se perceber como os discursos de Joaquim Nabuco e José do Patrocínio apresentavam semelhanças. O “mandato legado” dos escravos e a idéia de missão, de Nabuco, estavam presentes, nos textos de Patrocínio quando se referia aos cativos que, conforme as suas palavras, naquele momento já podiam elevar a sua voz na luta pela liberdade, em virtude da atuação firme dos abolicionistas.

A oposição às formas violentas para acabar com a escravidão mantinha coerência com as idéias defendidas por essas elites intelectuais. Logo, era natural as tentativas de cooptação dos senhores, por parte dos propagandistas, para obterem apoio aos projetos graduais que preservassem o controle do processo. Por exemplo, Patrocínio externou a sua opinião sobre a permanência dos libertos nas fazendas quando as alforrias, com cláusulas de prestação de serviços, se intensificaram, às vésperas da abolição.

Os libertos correspondendo aos sentimentos dos seus ex-senhores honraram as esperanças nacionais e os compromissos dos propagandistas da abolição. Os novos cidadãos desistiram de salários que lhes eram oferecidos desde já,

³ - Diversos números da *Gazeta da Tarde*, em julho de 1887, e do *Cidade do Rio*, em outubro do mesmo ano, registraram o assunto.

⁴ - MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, Senhores e Café. Um estudo da crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba fluminense. 1860-1888*, Niterói: Cromos, 1993.

declarando que trabalhariam sem remuneração alguma até o final da colheita, desmentindo desse modo os prognósticos dos terroristas e mostrando que estão perfeitamente aptos para a liberdade. (CIDADE DO RIO, 24/4/18880. GRIFOS NOSSOS)

A data para o término da escravidão é um outro aspecto para se aquilatar a posição contemporizadora dos abolicionistas. Patrocínio escreveu, em fevereiro de 1888, um editorial, iniciado com a expressão “Os libertos fogem” como um sinal de alerta para os senhores que essa solução desordenada poderia afetar a estrutura de produção e o descontrole do processo. Mas, por sua vez, sinalizava que não era mais possível adiar infinitamente a solução da “questão servil”: “O prazo da escravidão é este -1889. Nem um dia, ainda que seja necessário fazer mais do que pensamos”.(CIDADE DO RIO, 16/2/1888) Naquele ano se comemoraria o centenário da Revolução Francesa. A França exercia um fascínio sobre boa parte da intelectualidade brasileira, especialmente Patrocínio que a considerava o “berço” da “civilização”. Nabuco, anteriormente, já afirmara que a escravidão não poderia ultrapassar o ano de 1890: “[...] quis e quero não deixar a escravidão exceder a raia de 1890 [...]” (DISCURSOS NO PARLAMENTO, 18/5/1880:96-97) O controle sobre o processo e a preservação da ordem eram os mecanismos para evitar “precipitações” desencadeadas pelos escravos.

E assim foi feito. As manifestações de júbilo pela aprovação da abolição aconteceram em vários locais do país. No Rio de Janeiro, uma multidão aglomerou-se no Paço Imperial e arredores, comemorando a assinatura da lei pela Princesa Isabel. Os jornais da cidade patrocinaram festividades, como missas que reuniram, além da família imperial e do gabinete, uma verdadeira multidão. Procissões, regatas na enseada de Botafogo, corridas de cavalo, teatros franqueados ao público, faziam parte das celebrações pela extinção legal do escravismo. As ruas da cidade foram ornamentadas com bandeiras e flores. Nas sacadas dos sobrados, os panos coloridos retrataram a alegria da população. Não interessava ressaltar, naquele momento de “euforia” para aquela intelectualidade, que os escravos lutaram, elevando os seus “brados”, apesar do chicote sobre as suas costas, “nuas”, sem “proteção efetiva”.

A maior Revolução Social de nossa terra está sendo feita entre bênçãos e flores. Nada mais extraordinário: bastaram o atrito da imprensa e o calor da palavra para limar os grilhões de três séculos de cativeiro. O que há de mais admirável na nova fase de nossa vida civilizada é a uniformidade de pensamento, desde o governo até o último liberto. (CIDADE DO RIO, 30/4/1888)

Apesar das lamentações e dificuldades de ampliar o campo das reformas, o objetivo principal desta intelectualidade foi alcançado. A “brisa” do progresso e da civilização soprou sobre o país, eliminando-se o trabalho escravo. O Brasil, finalmente, ingressou no “rol das nações civilizadas”. No entanto, nem o mais tênue sopro atingiu os ex-escravos, após a extinção legal do cativo, embora os abolicionistas alertassem sobre a necessidade de reformas para melhorar as condições de vida dos libertos. Patrocínio, por exemplo, cobrou do governo a “divisão da terra”, pois esta medida se tornou, em função da “vingança” dos fazendeiros, uma necessidade imperiosa. Defendia o estabelecimento de “[...] colônias, para os que não têm cabanas, recolher os que caminham sem destino pelos desvios das matas, promiscuamente como os animais, dormindo em grutas, morando em tocas [...] é mister empregar os libertos para que não apodreçam nos campos, como bestas.” (CIDADE DO RIO, 26/5/1888)

Nabuco também lamentava a situação dos libertos após a abolição. Em 1893, escrevendo a André Rebouças, afirmava: “[...] os negros estão morrendo e pelo alcoolismo se degradando ainda mais do que quando eram escravos [...]”. (RIO DE JANEIRO, 1/1/1893) Ele diagnosticava a situação miserável em que sobrevivia boa parte da população. Anteriormente, ele já recomendava a necessidade de reformas em relação à propriedade da terra defendendo a aplicação de uma lei agrária que permitisse ao Estado se apropriar de áreas não-produtivas, visto que a propriedade tinha, além de direitos, deveres. No seu modo de ver, “as reformas sociais” deveriam prevalecer sobre as políticas e a emancipação tem que ocorrer paralelamente à “democratização” do solo. Uma é o complemento da outra. “Acabar com a escravidão, não basta; é preciso destruir a obra da escravidão.” (CONFERÊNCIA NO TEATRO SANTA ISABEL, 30/11/1884: 377-378)

Assim, a análise dos vários discursos abolicionistas nos permitem avaliar as dificuldades para a implementação de mudanças mais profundas, embora reconheçamos que as condições eram bastante adversas em função de uma estrutura secular que traz conseqüências nefastas até os nossos dias. A inserção dos ex-escravos nessa sociedade, pautada por valores europeus, foi realizada sem uma proposta concreta de alterar as relações excludentes e hierarquizadas existentes. Ora, até porque as elites intelectuais que participaram da campanha abolicionista estavam imbuídas do espírito de “missão” em relação ao término da escravidão. A postura paternalista caracterizou sua atuação, pois entendiam a abolição como uma concessão, uma dádiva dos abolicionistas, aos escravos. Acabou-se legalmente com a escravidão, entretanto não se destruiu a obra da escravidão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

a) impressas

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo. Conferências e Discursos Abolicionistas*. (1883) São Paulo: Progresso Editorial, 1949.

-----*Cartas a Amigos*, 2 vols., São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

-----*Conferências e Discursos Abolicionistas*, São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

----- *Discursos Parlamentares (1879-1889)*, São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

KOSERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil*, São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

b) Periódicos

O Abolicionista – 1880-1881

Cidade do Rio – 1887-1889

Gazeta de Notícias- 1875- 1881

Gazeta da Tarde- 1881-1888

Bibliografia

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio. Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vícios de Leitura, 2000.

BERGSTRESSER, Rebecca B. *The Movement for the Abolition of Slavery in Rio de Janeiro. 1880-1889*. Tese de doutorado. Stanford: Stanford University, 1973.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e Brados. A Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro (1880-1888)*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1991

----- *Escravos, Senhores e Café. Um estudo da crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense. 1860-1888*. Niterói : Kromos, 1993.

-----“O Abolicionismo ‘ganha as ruas’ no Rio de Janeiro”, in *Revista da SBPH*: Curitiba: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1998.

MOREL, Marco, BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga (org.) *Imprensa e poder*. Brasília: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. José Olympio Edit.: Rio de Janeiro, 1958.

PROUDHON, Pierre Joseph. *O que é a Propriedade?* (1840), São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SCHWARCZ, Lília Moritz , *Retrato em Branco e Negro: jornais , escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.